



Uma hipótese de leitura da narrativa marcial sobre a “destruição do mosteiro de Shaolin” em 1736

A reading hypothesis to the martial narrative about the 1736’s “Shaolin monastery destruction”

Rodrigo Wolff Apolloni*
José Otávio Aguiar**

Resumo: O mosteiro budista de Shaolin, fundado em 495 EC na província de Henan, é famoso como berço do budismo ch’an (zen) em terras sínicas. É célebre, também por seus monges guerreiros e suas relações com as modernas artes marciais – o “kung fu Shaolin”. As histórias reais e as lendas associadas ao poder marcial desses personagens, que povoam o imaginário sínico desde o século XVI, chegaram ao público ocidental há pouco mais de cinquenta anos, quando teve início a “Onda Kung Fu”, movimento midiático que inspirou a prática da arte marcial chinesa em escala global. Neste artigo, examinamos as destruições que o mosteiro de Shaolin sofreu ao longo de mais de mil e quinhentos anos de história, mais exatamente nos períodos de passagem do período Sui-Tang, Yuan-Ming, Ming-Qing e na primeira república chinesa. Nosso foco, porém, reside na historicidade de uma narrativa presente na tradição do kung fu: a da “destruição de 1736” do mosteiro de Shaolin. Ao buscar suas raízes, observamos que elas parecem apontar tanto para um episódio histórico quanto para uma lenda importante no contexto anti-Qing do século XVIII.

Palavras-chave: Shaolin; China; kung fu; monges guerreiros; budismo.

Abstract: Founded in 495 CE in Henan Province, Shaolin Buddhist Monastery is famous as one of the ch’an (zen) Buddhist birthplaces in China. More than that, is worldwide famous for its warrior monks, who inhabiting Chinese imagination since the 16th century and have connections with “Shaolin kung fu”, admired and practiced in many countries. The history and legends of these religious characters reached the western public just over 50 years ago, when “Kung fu Crazy” began – a media movement that inspired the practice of Chinese martial art on a global scale. In this article, we examine the destructions that Shaolin Monastery suffered along 1.500 years of history, more exactly in the Sui-Tang, Yuan-Ming, Ming-Qing transition periods and at the first Chinese republican era. Our mainly spot, however, lies in the historicity of a narrative present in Chinese and occidental Kung fu traditions: the “1736 destruction” of Shaolin monastery by Qing imperial troops. In looking for its roots, we note that they seem to point to both a historical episode and an important legend in the anti-Qing context of the 18th century.

Keywords: Shaolin; China; kung fu; warrior monks; Buddhism.

* Atualmente desenvolvendo pesquisa de estágio em pós-doutoramento em História na UFCG (Campina Grande-PB). Doutor em Sociologia (UFPR, Curitiba-PR). ORCID: 0000-0003-3233-2985 – contato: rwapolloni@gmail.com

** Professor Efetivo no PPG em História e no PPG em Recursos Naturais da UFCG (Campina Grande-PB). Doutor em História e Culturas Políticas (UFMG, Belo Horizonte-MG). ORCID: 0000-0003-0489-3670 – contato: j.otavio.a@hotmail.com

Introdução

O ano é 1736. O mosteiro budista de Shaolin, “berço” das artes marciais chinesas erigido em Henan no século V EC, é destruído pelas tropas imperiais Qing. Seus monges, leais servidores traídos pelo imperador de uma dinastia estrangeira e usurpadora, são atacados e massacrados. Deles, restam apenas alguns, que sobrevivem ao massacre e fogem. Em seu movimento de resistência, passam a ensinar suas extraordinárias técnicas guerreiras – o famoso kung fu Shaolin – a pessoas de boa índole e com senso de justiça.

Essa narrativa com jeito de sinopse de filme de kung fu sintetiza uma história conhecida no universo marcial chinês, especialmente entre os praticantes dos estilos associados a Shaolin. Uma história de viés cosmogônico, calcada em mitos de ancianidade e invenções de tradições, que dá origem a linhagens e estilos praticados em todo o mundo. Que chegou ao Brasil na bagagem de ao menos um mestre chinês e com a “onda kung fu” dos anos 1970. E que se fixou no imaginário do nosso kung fu. Em relação ao conceito de imaginário, seguimos Michel Maffesoli, para quem o imaginário representa o estado de espírito de um grupo, sua cultura e a aura que a ultrapassa e alimenta; que traz um elemento racional, organizador, mas também parâmetros como o onírico, o não racional, o irracional, o lúdico, a fantasia, o imaginativo e o afetivo (Silva, 2001, pp. 74-82).

Ao examiná-la, contudo, percebemos uma inconsistência: o fato de que, em 1736, o mosteiro de Shaolin não foi destruído, ao menos segundo uma concepção comum de destruição. Nesse período, seus monges contavam com a simpatia da dinastia reinante, Qing. Como invenção de tradição, a destruição setecentista do mosteiro de Shaolin é atravessada por diversas linhas de narrativa, nem sempre correspondentes entre si, mas que, ao que as fontes levam a inferir, enfeixam em comum uma manifestação de insatisfação com a presença da “estrangeira” dinastia manchu no Trono do Dragão.

Acreditamos que, para além da constatação do caráter inventivo do fenômeno das tradições, destacado, dentre outros, por Erik J. Hobsbawm, faz-se necessário compreendê-las enquanto operadoras de diferentes tipos de sociabilidade entre os indivíduos e os grupos sociais, fornecendo nexos às múltiplas formas de relações e vivências em sociedade (Hobsbawm, 2012).

Indivíduos, sempre protagonistas irrepetíveis historicamente e não redutíveis a qualquer teoria, não apenas são receptores, mas sujeitos ativos nesse processo. Eles têm capacidade de decisão indeterminada e inventiva, e também de escolher na reprodução – ou não – as narrativas e práticas vinculadas à tradição. A percepção disso permitiria o entendimento da manutenção das tradições em diferentes sociedades ao longo da história; não apenas através da repetição e da imposição, conforme uma leitura apressada da concepção hobsbawmiana, mas, sim, dos protagonismos individuais (Hobsbawm, 2009).

Nossa proposta é fazer uma investigação sobre essa narrativa e oferecer uma hipótese a respeito de sua configuração. Ao falar em “destruição”, o que seus proponentes tinham em mente? É possível associar algum evento próximo ao ano de 1736 à ideia de desmantelamento do mosteiro? Qual o elemento que conectaria os monges de Shaolin

a uma possível resistência anti-Qing? Por que essa narrativa chegou ao universo das artes marciais chinesas?

Em busca de respostas, vamos explorar (I) a construção histórico-simbólica de Shaolin e seus clérigos guerreiros; (II) cinco episódios documentados da história de Shaolin (618, 1356, 1641, 1928 e 1966-1973) que poderiam ser enquadrados na categoria de “destruição”; e (III) a narrativa relativa à destruição do mosteiro em 1736, buscando oferecer uma hipótese para a sua configuração. Para tanto, procuramos apoio em pesquisadores centrais dos estudos associados à marcialidade chinesa: Lu Zhouxiang (Lu, 2020) e Meir Shahar (Shahar, 2011); subsidiariamente, também fizemos uma investigação no site oficial do mosteiro de Shaolin. Uma segunda linha é a de investigação das “Tríades” ou “Tiandihui”, sociedades secretas surgidas na China no final do século XVIII. Seus principais pesquisadores são Barend Ter Haar, Dian Murray e o próprio Meir Shahar.

Para ilustrar a “narrativa de 1736”, nos baseamos em textos divulgados por academias ou grupos de praticantes de kung fu do Brasil, França e Itália, que têm conexão com mestres chineses.

Na medida em que utilizamos muitos termos chineses consagrados na fala e na leitura “comuns”, em especial no campo da marcialidade, optamos por manter uma grafia não normativa, que consideramos mais acessível ao público brasileiro. Todos esses termos, porém, foram reunidos, com sua escrita chinesa original e transliteração pinyin, em um glossário que publicamos em um anexo digital; no mesmo documento, os leitores irão encontrar os textos originais das traduções, assim como referências iconográficas que complementam a leitura do artigo¹.

A busca pelos monges guerreiros de Shaolin

Iniciamos a investigação pela construção do mosteiro e do perfil marcial de seu clero. Fundado em 495 EC na província de Henan, junto ao monte Song e próximo à antiga capital imperial Luoyang, o mosteiro budista de Shaolin é duplamente célebre. No contexto da religião, é considerado o berço da escola ch’an e, também, um centro de traduções budistas (Lu, 2020; Shahar, 2011; Buswell, Lopez, 2014). No contexto marcial, é reconhecido como o lar de monges guerreiros. Esses clérigos foram os fundadores de uma tradição central no universo das artes marciais chinesas – a do kung fu Shaolin, que se desenvolveu especialmente a partir do século XVI, ganhando popularidade nos séculos XIX e XX na área de influência chinesa. No século XX, ele chegou a todo o mundo com o cinema marcial e a difusão do kung fu.

O prestígio marcial de Shaolin, vale observar, supera sua fama religiosa, já que alcança um público não budista. O governo da República Popular da China, por sua vez, não apenas ajudou a reerguer o mosteiro, como o transformou em um polo de turismo e em um grande negócio. Para exemplificar: em junho de 2020, após a redução do número de casos de Covid-19 na China, Shaolin voltou a receber visitantes, com

1 Disponível em <https://bit.ly/3dMBJdY>.

acesso limitado a 30% da capacidade máxima – mesmo assim, 22 mil pessoas entraram no mosteiro no primeiro dia da reabertura (Henan Business Daily, 2020). Em tempos recentes, os monges de Shaolin também combatem em cenários como os da bolsa de valores e o do registro de marcas comerciais: nos últimos 23 anos, o mosteiro registrou 666 marcas – delas, entre 80% e 90% trazem a palavra “Shaolin” (Tan, 2020).

Tomando por base o primeiro dos cinco preceitos budistas da *Pañcasīla* (em chinês, Wujie; Buswell, Lopez, 2014, pp. 616-617), “não matar”, podemos nos indagar a respeito de como os clérigos de Shaolin desenvolveram técnicas letais. Em anos recentes, acadêmicos ajudaram a apresentar o mosteiro a partir de bases documentais, históricas e críticas que trouxeram elementos úteis à confirmação, negação ou ampliação de dados da tradição oral das artes marciais chinesas. Pudemos conhecer, então, as relações políticas que envolvem os monges de Shaolin e as dinastias chinesas.

Desde o período Sui (581-618 EC), o patrocínio e as alianças imperiais penduraram entre os cleros budista e taoísta, movidos por interesses políticos, econômicos e devocionais. Nesse processo, algumas vezes os monges de Shaolin precisaram apoiar o império militarmente, como nas campanhas antipirataria deflagradas pela dinastia Ming no século XVI (Shahar, 2011; Lu, 2020; Lorge, 2012). Em outras ocasiões, precisaram se defender contra atacantes. A necessidade de sobrevivência econômica e física da instituição, enfim, parece ter implicado uma flexibilização da leitura do primeiro preceito. Em termos budistas, esse ajuste poderia ser lido a partir da ideia de “defesa do Dharma”, acompanhando a lógica de bodhisatvas ferozes e armados como Vajrapani (Apolloni, 2013).

Foi a partir do século XVI, também, que começou a divulgação, em livros e manuais, das “técnicas monásticas” e de obras que associavam suas práticas corporais a um domínio da energia interna, o “Chi” ou “Qi” –, o que também abriu uma porta para vê-las a partir de uma ótica de cura e imortalidade (Shahar, 2011).

Um pouco mais adiante, a figura de Bodhidharma, patriarca do budismo ch’an que teria estado em Shaolin entre os anos de 521 e 527 EC, também passou a ser relacionado à origem desses conhecimentos. Não há, porém, evidências documentais ou arqueológicas disso (Lu, 2020, p. 14, tradução nossa).

Os monges históricos tinham como ferramenta marcial essencial o bastão, mas também lutavam com lanças, facões e tridentes, e ainda combatiam usando o corpo. A condição guerreira, vale observar, não é exclusiva de Shaolin, o que confirma a ideia de uma instituição religiosa responsiva ao clima político. Na China do século XVI, outras tropas monásticas tiveram destaque, como as dos montes sagrados Wutai (Shanxi), Emei (Sichuan), e Funiu (Shanxi/Henan) (Shahar, 2011, pp. 106-118); no Japão do mesmo período, monges budistas armados, os “sohei” (soldado monge), também faziam parte da fauna político-marcial (Adolphson, 2007).

Para além da presença histórica de tropas monásticas, há que se considerar, no contexto da cultura e da religiosidade popular chinesas, um apreço pela figura do “monge excêntrico”, que também colaborou para a celebridade de Shaolin. Um personagem oposto ao ideal budista – beberrão, briguento, armado, carnívoro, mulhereengo, praguejador e malandro –, mas, ainda assim, dotado de poderes taumatúrgicos, bondade inata, senso de justiça e uma presença búdica que pode se revelar a qualquer tempo.

O mais famoso “monge excêntrico” é Ji Gong (1130 – 1209), venerado na China (Shahar, 1999). Outro é Lu Zhishen, o “Monge Tatuado” de “À Margem das Águas”, clássico da literatura marcial Wuxia. Há, mesmo, uma divindade escondida em um monge franzino no mito do espírito tutelar de Shaolin, Jinnaluo. Segundo o mito, esse monge salvou o mosteiro de uma horda no século XIV, no alvorecer da dinastia Ming.

Por fim, há que se considerar ainda, no contexto formativo de um “mito marcial de Shaolin”, personagens leigos que faziam uso de estruturas arquitetônicas budistas: os chamados “rios e lagos” (jianghu), populações flutuantes de monges errantes, artistas circenses, médicos de elixires, artistas marciais e malfeitores. Muitas vezes, eles se abrigavam em pátios de templos e outras estruturas, misturando a própria imagem à da instituição.

As destruições do mosteiro de Shaolin

Em pouco mais de 1.500 anos, Shaolin viveu várias destruições. A mais antiga ocorreu nos anos de 616-618 EC. E, as mais recentes, há menos de um século. Todas estiveram conectadas a períodos de turbulência social e alternância de poder. A primeira, em 616-618, aconteceu na passagem das dinastias Sui para Tang (ano de troca da dinastia: 618), com sucesso para o mosteiro; a segunda, de 1356, na passagem das dinastias Yuan para Ming (1368), com danos severos e fuga dos clérigos. A terceira, de 1641, na passagem das dinastias Ming para Qing (1644), com danos materiais e, principalmente, um prolongado período de declínio institucional. Os dois episódios seguintes, de 1928 e 1963-1966, se situam dentro dos limites do primeiro período republicano chinês (1911-1949) e da chegada do Partido Comunista Chinês ao poder (1949), e são marcados pelo alto grau de destruição/transformação da realidade.

Nesta seção, vamos apresentar, de forma sintética, os cinco episódios mais destacados de danos ou destruição ao mosteiro de Shaolin. Para efeitos de sistematização, eles foram classificados como “destruição”, ainda que não tenham as mesmas características e nem intensidade. E os danos não são apenas materiais, refluindo sobre os campos simbólico e psicossocial.

Os ataques de 616-618 EC

O primeiro registro de envolvimento do mosteiro em algum tipo de destruição e resposta armada de parte dos monges data de cerca de 616 EC. Ele aparece em “A História do Mosteiro de Shaolin segundo Pei Cui”, documento publicado em 728 (Shahar, 2011). Bandoleiros teriam atado fogo a estruturas do mosteiro, sendo rechaçados por um grupo de monges armados. No mesmo documento, está registrada a história fundante das relações políticas de Shaolin: a aliança dos monges com Li Shimin, o futuro imperador Tang Taizong (598-649). Em 618, os monges se associaram a Li Shiming contra Wang Sichong (567-621), general da Dinastia Sui que também aspirava ao trono.

Tropas de Wang haviam invadido uma área do mosteiro denominada “Gleba do Vale do Cipreste” e, lá, montaram uma torre de sinalização. A região era estratégica por

sua proximidade em relação à estrada que dava acesso à capital imperial Luoyang. Os monges atacaram e apreenderam tropas leais a Wang, assim como um sobrinho dele. Essa aliança foi registrada na “Estela do Mosteiro de Shaolin”, erigida em 728 no mosteiro. Como recompensa, Li Shimin premiou os monges com a titularidade da Gleba do Vale do Cipreste (que havia sido retirada pela própria dinastia Tang) e um moinho de água (Shahar, 2011). E ainda garantiu que o mosteiro fosse excluído da campanha antibudista imperial que se seguiu.

A destruição pelos “Turbantes Vermelhos” em 1356

O segundo episódio de destruição do mosteiro ocorreu na passagem da dinastia mongol Yuan para a dinastia han Ming, por volta de 1356, na ofensiva dos “Turbantes Vermelhos” pelo norte da China. Um dos líderes dos turbantes vermelhos era Zhu Yuanzhang, que fundou a dinastia Ming e se tornou o imperador Hongwu. O mosteiro foi atacado por tropas rebeldes ou saqueadores que as acompanhavam, o que forçou os monges a abandonarem suas instalações. Nesse episódio, edifícios foram demolidos e estátuas raspadas ou quebradas para a extração de ouro e a busca de joias supostamente escondidas (Lu, 2020).

É possível mensurar a violência desse ataque em termos psicossociais: isto porque ele acabou associado ao mito da divindade tutelar de Shaolin, Jinnaluo. Segundo a lenda, a divindade (sobre a qual falamos) vivia no mosteiro disfarçada como um monge miúdo e silencioso, encarregado de apoiar o trabalho na cozinha. Por ocasião do ataque dos “Turbantes Vermelhos”, porém, sua verdadeira natureza, de Jinnaluo ou Kimnara/Kinnara, se revelou. Ele apanhou um atiçador de brasas e cresceu até se agigantar para varrer os inimigos (Lu, 2020, pp. 57-61). Depois dessa revelação, Jinnaluo passou a ser venerado como divindade protetora de Shaolin. Ganhou um santuário no início da dinastia Ming, que foi destruído em 1928, reconstruído em 1982 e ampliado em 2004 (Chinese Buddhism Encyclopedia, nd; Shahar, 2011, p. 131).

Afora o mito, os monges teriam levado algum tempo para retornar a Shaolin. Citando Tang Hao (1887-1959), o primeiro investigador moderno das artes marciais chinesas, Meir Shahar observa que os clérigos só teriam voltado em 1359, quando uma contraofensiva de tropas Yuan expulsou os “turbantes vermelhos” de Henan (Shahar, 2011).

A destruição de 1641 por Li Jiyu

Em meados do século XVI, os monges de Shaolin passaram a atuar com regularidade na defesa do combalido império Ming. Junto com as tropas monásticas de Funiu, Emei e Wutai, participaram de inúmeras campanhas, como a dirigida a piratas fluviais que infestavam os rios e canais de províncias como Zhejiang. Essa participação se prolongou por décadas e pode ter determinado um esgotamento da estrutura marcial de Shaolin (Shahar, 2011; Lu, 2020).

Em 1639, cinco anos antes da queda da dinastia Ming, um período de estiagem levou a rebeliões nas províncias de Henan e Shaanxi (Lu, 2020). Um dos líderes era Li

Jiyu (? – 1647). Após ser punido por um magistrado local em uma questão envolvendo tributos, eles deu início a uma revolta que culminou com a tomada do monte Song, onde fica Shaolin, e a construção de uma fortaleza no local.

Por volta de 1641, o mosteiro e seus habitantes, que eram leais ao governo Ming, foram atacados pelas tropas de Li. O episódio foi registrado pelo romancista e historiador Wang Jie (1610 – ?):

Durante o período de reinado de Chongzhen (1611-1644), o banditismo surgiu em todo o país. Li Jiyu acomodou milhares de pessoas na região do Monte Song e estabeleceu uma fortaleza na montanha. Elas odiavam os monges de Shaolin e os viam como sua maior ameaça. Li Jiyu fingia ser amistoso com os monges e ofereceu um tributo ao abade para ganhar sua confiança. Os monges acreditaram nele e decidiram não resistir a suas tropas. Um dia, os bandidos solicitaram aos monges que realizassem um ritual para Li Jiyu em seu aniversário. [Neste dia] todos os monges fizeram jejum e realizaram rituais de purificação. Eles queimaram incenso e cantaram sutras. Liderados por Li Jiyu, umas poucas centenas de homens armados invadiram o mosteiro. Os monges estavam conduzindo a cerimônia no salão do Dharma. Os bandidos os abateram a todos. (Wang Jie apud Lu, 2020, p. 105, tradução nossa).

Li Jiyu aumentou seu poder aliando-se aos remanescentes Ming e se tornando governador militar de Henan. Em 1645, rendeu-se ao governo manchú; dois anos mais tarde, foi executado sob acusação de participar de uma conspiração.

A ocupação das terras do mosteiro e o assassinato dos monges levaram a uma fase de declínio registrada por literatos que visitaram Shaolin nos anos seguintes (Lu, 2020, pp. 105-106). O monastério permaneceu praticamente abandonado até a década de 1650, quando o governo Qing iniciou uma série de reformas e apontou um novo abade (em 1658).

A destruição pelos “Senhores da Guerra” em 1928

A quarta destruição de Shaolin foi a primeira dentro do regime republicano chinês (Lu, 2020, pp. 154-155). Ela aconteceu no dia 15 de março de 1928 e foi de proporções monumentais. A China vivia, então, o período dos “Senhores da Guerra da República”. Nele, uma soma de fatores, como o enfraquecimento do poder central e o fortalecimento de líderes militares locais, levou o país a um estado de guerra civil (McCord, 1992). Um dos senhores da guerra de Henan, Fan Zhongxiu (1888-1930), não aceitou reunir seus soldados ao exército de Chiang Kai-shek (1887-1975), presidente e líder do Kuomintang, que preparava a chamada “Expedição do Norte” – uma grande ofensiva pelo norte da China. Ele, porém, tinha boas relações com os monges de Shaolin – quando adolescente, havia praticado Kung fu no mosteiro.

Fan Zhongxiu ocupou o sudeste de Henan e, em abril de 1928, lançou uma ofensiva contra a cidade de Luoyang e a capital provincial Zhengzhou, controladas por Feng Yuxiang (1882-1948), aliado de Chiang Kai-shek. Fan Zhongxiu acabou derrotado por um aliado de Feng Yuxiang, Shi Yousan (1891-1940). Fan retrocedeu para o monte Song e usou o mosteiro como centro de comando. Os monges o auxiliaram a resistir às tropas de Shi Yousan, mas foram rapidamente derrotados.

Em 15 de março de 1928, Shi Yousan invadiu Shaolin e incendiou o Salão do Dharma. No dia seguinte, seus soldados incendiaram o restante do mosteiro. Ao menos 18 prédios foram destruídos, incluindo as torres do Sino e do Tambor, assim como os salões Ocidental e Oriental do Ch'an, dos Reis Celestiais, Mahavira e Kimnara. Também foi destruído o salão do Sexto Patriarca, onde estavam guardadas centenas de escrituras, as coleções de história do budismo ch'an e manuais de kung fu Shaolin.

Dentre o patrimônio que sobreviveu estavam as estelas de pedra – documentos essenciais para se conhecer a história de Shaolin –, o Salão dos Mil Budas e a Floresta de Stupas.

A destruição do mosteiro não foi apenas uma vingança política, mas parte de um movimento antibudista lançado por Feng Yuxiang. Ele era conhecido como “O General Cristão” por sua tropa, também formada por soldados convertidos (o próprio Chiang Kai-shek também viria a se converter ao cristianismo; Taylor, 2009, p. 91). Em 1927, um ano antes da destruição de Shaolin, Feng já havia saqueado o mosteiro do Cavalo Branco – o mais antigo da China, fundado em 64 EC (Buswell, Lopez, 2014).

A maioria dos monges abandonou o mosteiro, mas alguns permaneceram e, com a ajuda de budistas locais, repararam o Salão do Sexto Patriarca entre 1930 e 1931. Eles seguiram desenvolvendo atividades religiosas e ministrando aulas de kung fu nos anos 1930 e 1940. Ironicamente ou não, em novembro de 1936 Shaolin recebeu uma visita de Chiang Kai-shek, que foi brindado com uma demonstração marcial de mãos livres e armas tradicionais feita pelos monges. Naquele momento, cerca de 50 monges viviam no local (Lu, 2020).

Os ataques da Revolução Cultural (1966-1973)

A mais recente das destruições de Shaolin está relacionada à chegada ao poder pelos comunistas na China continental (Lu, 2020). Entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1970, foram vários momentos de tensão, mudanças profundas, danos, concessões e aproximações em relação ao governo central. É possível falar em ataques, em vários níveis, ao antigo status institucional de Shaolin, a começar por seus limites territoriais.

No início dos anos 1950, o mosteiro teve suas terras, cerca de 800 hectares que alcançavam os condados de Dengfeng, Gong, Meng, Yanshi e Yu, confiscadas para reforma agrária. A reforma agrária (“Tugai” ou “Tudi Gaige”) do período teria redistribuído 47 milhões de hectares para 310 milhões de pessoas (china.org, 2009; Ping, 2003); neste violento processo, entre um e cinco milhões de pessoas teriam morrido (Strauss, 1994; Keong, 1967).

Naquela época, cerca de 150 famílias, em nove vilas vizinhas a Shaolin, trabalhavam nas terras do mosteiro. Com a reforma, essa relação acabou. Sem terras e trabalhadores, o ingresso de recursos praticamente cessou. Diante disso, muitos monges voltaram à laicidade. Restaram menos de vinte, que receberam dois hectares de terra e duas vacas. Nesse período, eles também abraçaram outras atividades geradoras de renda, como a de venda de carvão em pequena escala. A vida monástica passava por uma grande transformação, com menos tempo para contemplação, treinos e manutenção das estruturas.

Em 1951, o mosteiro foi incorporado a um programa de coletivização agrícola. No mesmo ano, porém, o Comitê Central do Partido Comunista Chinês emitiu uma instrução relativa à preservação do patrimônio histórico e cultural budista, o que garantiu recursos pelos anos seguintes. Simultaneamente, o governo forçava um alinhamento das religiões às diretrizes do partido. Elas eram permitidas, mas sob estrito controle estatal. Até 1963, o governo forneceu fundos para a reforma do mosteiro. No período, Shaolin recebeu as visitas de personalidades do partido e das forças armadas – sinal de prestígio.

No entanto, o mosteiro não ficou alheio a episódios desastrosos como o Grande Salto à Frente (1957-1960), que implicou a morte de milhões de pessoas até 1961 e o declínio das religiões. Em 1966, Mao Zedong lançou a “Grande Revolução Cultural”, que causou danos sérios às antigas instituições e ao patrimônio histórico e cultural. Nesse período, os monges de Shaolin foram atacados e proibidos de realizar cerimônias.

Liderados pelo 29º abade de Shaolin, Shi Xingzheng (1914-1987), os clérigos esconderam estelas de pedra, escrituras, estátuas e tábuas com inscrições. Ainda em 1966, um grupo de rebeldes tentou destruir Shaolin. Entre os alvos estavam pinturas murais, estátuas, salões e a chamada “Floresta de Estupas” (que reúne 241 monumentos funerários construídos entre as dinastias Tang e Qin; Songchancn, nd), que quase foi dinamitada. Neste último caso, os monges interferiram fisicamente; a ameaça só cessou quando o premiê Zhou Enlai (1898-1976) emitiu uma ordem protetiva dos monumentos (Lu, 2020).

O mosteiro só não foi mais atacado por ficar em um lugar relativamente distante dos grandes centros urbanos chineses do século XX. E, talvez, por sua fama: em 1968, suas instalações foram visitadas por líderes partidários e artistas, e, no ano seguinte, incluídas em uma lista de proteção do patrimônio. A partir de 1970, a Revolução Cultural perdeu força e o mosteiro começou a se recuperar, em um movimento que envolveu o próprio abade Shi Xingzheng e autoridades locais. Entre 1974 e 1978, Shaolin floresceu em termos de turismo local, tendo recebido mais de 200 mil visitantes.

A prática do Kung fu Shaolin seguiu o mesmo padrão percebido em relação ao mosteiro. Nos anos 1950, houve um movimento no sentido de se estatizar e normatizar a prática marcial no contexto de uma república comunista, em um movimento que também envolveu o Kung fu Shaolin. Os monges, porém, seguiam fazendo apresentações (Lu, 2020).

Durante a Revolução Cultural, toda a prática marcial – “feudal”, “direitista” e “supersticiosa” – cessou, com confisco e destruição de armas, perseguição e aprisionamento de professores. Os monges só retomaram suas atividades marciais no início dos anos 1970. Em 1973, o governo estabeleceu o Grupo de Escavação e Investigação do Wushu Shaolin, que passou a investigar e recuperar as raízes da arte marcial do monte Song.

Os ventos só mudaram, mesmo, nos anos 1980, quando o mosteiro passou a viver uma fase de veneração marcial febril que teve como ponto de partida o filme “O Mosteiro de Shaolin”, produção de 1982 estrelada por Jet Li que bateu recordes de bilheteria na China e em Hong Kong. Ainda que seja um marco, o filme é apenas a “ponta do iceberg” do cinema associado a Shaolin. Desde os anos 1950, ao menos 22 filmes ambientados no mosteiro e protagonizados por seus clérigos foram produzidos

em Hong Kong (Lu, 2020; Meyers et. al., 1991). A diferença é que “O Mosteiro de Shaolin” foi produzido (com apoio de Hong Kong) para o público da República Popular da China. O sucesso foi estrondoso – tanto, que o governo precisou emitir um decreto proibindo pessoas de fugirem de casa e da escola para ir a Shaolin (Meyers et. al, 1991). Com a abertura da China, Shaolin se tornou a “meca” do turismo marcial – e, mais recentemente, um negócio em escala global: em 2011, Shaolin possuía 40 companhias fora da China, além de cerca de 130 academias afiliadas apenas nos Estados Unidos (The Independent, 2011).

Os ataques da revolução cultural (1966-1973)

As destruições elencadas não parecem ter deixado marcas profundas na memória marcial chinesa, que guarda uma relação importante com o mosteiro de Shaolin. Por estranho que pareça, o ponto de partida de várias narrativas marciais chinesas é 1736, quando teria havido uma “outra” destruição do mosteiro, “definitiva”, seguida pela dispersão de seus monges. Uma destruição que, aparentemente, não aconteceu, ao menos não nos moldes da narrativa consagrada no imaginário marcial. O fato é que em 1736, no primeiro ano de reinado de Qianlong (1711-1799; Elliott, 2009), os monges já mantinham relações razoáveis com os mandatários, tendo superado algumas das dificuldades dos anos finais do período Ming e nas primeiras décadas de Qing.

A corte, então, vivia um período de patronagem de Shaolin (Lu, 2020) e de outros mosteiros budistas, estimulando a fé e, ao mesmo tempo, desestimulando a prática marcial dos monges, que se conectava à memória da dinastia Ming e, por conseguinte, à resistência han e antimanchu. Prova dessa “boa vontade sob condições” foi a visita de Qianlong a Shaolin no ano de 1750 (Lu, 2020). No site oficial do mosteiro de Shaolin, no texto relativo ao período em questão, intitulado “Introdução ao Grupo de Monges Guerreiros” (武僧团介绍, tradução nossa), há uma referência à oposição dos clérigos aos mandatários manchus/Qing e sua anterior adesão à causa han/Ming. O texto é lacônico, mas historicamente preciso:

[...] No período Qing, o mosteiro de Shaolin foi considerado suspeito de ser anti-governo e a favor do retorno da Dinastia Ming ao poder; em várias ocasiões, a casa imperial Qing publicou éditos proibindo o estudo das artes marciais no mosteiro; por isso, o sistema marcial dos monges de Shaolin gradualmente declinou [...] (shaolin.org.cn, tradução nossa).

De fato, como observa Meir Shahr, o governo imperial desconfiava das intenções políticas dos monges e cerceou sua prática marcial, mas sem descuidar da promoção da religião “tradicional” – a ideia, em síntese, era “afastar as armas e aproximar o dharma”. Da mesma forma, como observamos anteriormente, desde o final da dinastia Ming houve um declínio da atividade geral no mosteiro – foram décadas, entre 1641 e o início do século XVIII, de falta de recursos e dispersão dos monges, inclusive, especialistas marciais, pelo país.

Durante a dinastia Qing, um processo de modernização da sociedade, que se tornava mais urbana, industrial e aberta ao ingresso de civis na máquina administrativa,

também implicou um esvaziamento do budismo, que cedeu lugar ao confucionismo e, em certa medida, passou a ser desafiado pelo cristianismo (Lu, 2020).

Chegamos, então, a 1736 e ao fato gerador de sua famosa narrativa marcial. Nesse ano teve início uma grande renovação do mosteiro, estabelecida no ano anterior por um decreto do finado imperador Yongzheng. Uma restauração patrocinada pelo império, que doou nove mil taéis de prata (algo como 337,5 kg do minério) para bancar os trabalhos (Lu, 2020).

Por princípio, esse investimento seria motivo de júbilo, tanto pelas obras quanto pelo indicativo de prestígio do mosteiro. E foi, a não ser para um grupo de habitantes. Essa comunidade, formada especialmente por “monges associados” – religiosos situados fora do círculo interno do mosteiro, com maior trânsito pelo mundo leigo –, vivia nos chamados “templos subsidiários” ou “ermidas secundárias”. Esses templos eram unidades distantes da sede, criadas originalmente para aumentar a fama do mosteiro principal ou garantir hospedagem a visitantes (Shahar, 2011).

A distância dos olhos fiscalizadores dos monges internos, porém, parece ter levado muitos dos clérigos associados a um relaxamento dos hábitos e à atração de bandidos, desocupados e rebeldes políticos aos templos secundários. O que causou apreensão e resposta do governo Qing. O imperador Yongzheng, ao examinar os planos de renovação de Shaolin antes de baixar seu decreto, assim se manifestou:

Nós inspecionamos os esboços e observamos que há 25 guaritas localizadas alguma distância do monastério. Como estrelas dispersas na distância, nenhuma está localizada dentro do templo. Em todo o nosso império sempre existiram monges associados aos templos e que não observam as relações eclesiásticas. Fazendo o mal e criando distúrbios, eles são os tipos inferiores do budismo. Hoje, como o mosteiro de Shaolin passa por uma renovação e está se tornando um templo, esses monges associados ao santuário deveriam ser proibidos de permanecer fora de seus limites, onde seu controle e supervisão são difíceis (Édito imperial citado por Shahar, 2011, p. 64).

A renovação de Shaolin aconteceu a partir de 1736 e foi marcada pela demolição dos templos subsidiários, com repercussões materiais e psicossociais sobre seus ocupantes.

As fontes marciais da narrativa de 1736

Em nossa pesquisa, apelamos a três fontes oriundas de cenários distintos do “ecossistema” do kung fu Shaolin: Brasil, França e Itália. Se elas diferem em termos geográficos, aproximam-se em relação à adesão a uma prática marcial identificada como “originária de Shaolin” e pela conexão com um mestre originário da China.

A primeira é um texto extraído de um caderno publicado em 1998 pela Academia Sino-Brasileira de Kung Fu, fundada em 1973 pelo grão-mestre Chan Kowk Wai na cidade de São Paulo. Nascido em Cantão em 1936 e radicado em São Paulo desde 1960, Chan é um dos principais nomes da arte marcial chinesa no Brasil. Intitulado “Kung Fu – versão curta de uma história muito longa”, o caderno é dirigido aos alunos da escola.

A segunda fonte é um texto constante do site da “Ecole de Wushu d'Amboise”, academia de artes marciais chinesas situada na cidade histórica francesa de Amboise e mantida pelo professor Gilles Bernard, discípulo do mestre Shi De Cheng – indicado,

na publicação, como “um dos últimos guardiães de práticas antigas. Monge guerreiro (wu seng) de Shaolin e um dos embaixadores do Kung Fu Shaolin no Ocidente”. Em uma pesquisa na internet, pudemos observar que o mestre Shi possui uma reputação consolidada especialmente em território francês.

A terceira é um texto, em inglês, constante do site da “Federazione Italiana Kung Fu – Scuola Ufficiale Kung fu (Kuo-Shu) Tradizionale Cinese del Maestro Chang Dsu Yao”, instituição sediada em Milão e que reúne 37 instrutores e/ou academias de cidades como Milão, Pávia, Verona e Rimini. Essas escolas têm como patriarca o mestre Chang Dsu Yao (1918-1992), professor de arte marcial chinesa, antigo oficial do exército e da polícia em Taiwan que se instalou na Itália no ano de 1975 (Fassi, 1986).

As narrativas são semelhantes. Todas se expandem para antes de 1736, alcançando episódios e personagens do século XVII que já indicariam uma animosidade do mosteiro em relação à dinastia Qing. Por uma questão de escopo do estudo, porém, focamos de forma mais específica o ano em questão.

Outro aspecto digno de nota: nos três casos, a autoria dos textos é institucional, sem indicação de autor ou fontes. O que pode indicar associação à transmissão oral e reforçar um viés canônico e dogmático: os textos parecem vir “de cima” e “de antes” – “dos antepassados”. A primeira narrativa, publicada pela Academia Sino-Brasileira de Kung fu, é apresentada da seguinte maneira:

[...] O exército da dinastia Ming foi derrotado pelos invasores Manchu, que fundaram a dinastia Qing. Muitos oficiais derrotados foram abrigar-se no mosteiro Shaolin. A prática do kung fu foi proibida e surgiram sociedades secretas que visavam tanto a práticas das artes marciais como a resistência aos governantes.

Em 1736, o exército Manchu, perseguindo seus oponentes, atacou e incendiou o mosteiro. Mesmo áreas sagradas foram destruídas, como o Templo Shaolin e o cemitério dos monges [a Floresta de Stupas]. Entre os monges e os oficiais, poucos foram os sobreviventes.

Os que sobreviveram, no entanto, trabalharam para reconstruir o mosteiro Shaolin e outros fundaram um novo mosteiro, na província de Fukien.

O mosteiro de Fukien teve cinco grandes mestres: Zhi San, monge superior; Wu Mei, monja criadora do estilo Wing Chun; Bai Mei, “sobrancelha branca”; Miao Xian e Dao De. [...] (Academia Sino-Brasileira de Kung Fu, 1998, pp. 10-11)

A segunda narrativa, da academia de Amboise, é apresentada nos seguintes termos:

[...] contudo, estando sempre mais ou menos implicados nos movimentos pró e contra governo [Qing], a decisão de arrasar o mosteiro é tomada em 1736 a fim de acabar com este “berço revolucionário” por demais independente e dificilmente controlável. Seria na sequência desse evento que o Shaolin Quan [Boxe de Shaolin] se espalha pela China, com os ensinamentos de cinco mestres que deixam a região [de Henan] e se separam a fim de transmitir seu saber para que o estilo não seja perdido. Cada um desses mestres ensinará uma parte de seu saber em dois lugares diferentes, e isto dará nascimento a cinco estilos que se ramificarão em numerosas escolas. (Ecole de Wushu de Amboise, tradução nossa).

E a terceira narrativa, da “Federazione Italiana Kung Fu”, é apresentada assim:

Desde os primeiros tempos [da dinastia Qing], entre o povo chinês, revoltas e resistências surgiram contra o invasor. Ordens religiosas combatentes estavam na primeira linha da batalha, e os conventos [sic] se tornaram centros de treinamento e abrigo para rebeldes. Isso foi percebido pelo exército invasor, que negou, sob pena capital,

[a prática das] artes marciais e o uso de armas, e em 1736 destruiu pela segunda vez o mosteiro de Shaolin. os monges de sobreviveram ao ataque se espalharam pelo território chinês. Eles começaram a treinar secretamente a população, onde quer que estivessem, para a próxima rebelião anti manchu. Isso levou a uma ampla difusão das artes marciais entre a população, [que] por séculos havia sido reservada para indivíduos acuradamente selecionados, mas também à expansão dos mestres por todo o amplo território, levando, posteriormente, à fragmentação do conhecimento e estilos. (Federazione Italiana Kung-Fu, tradução nossa).

A semelhança parece indicar que as narrativas são tributárias de uma fonte anterior. Nos textos, é possível encontrar seis pontos de concordância: (I) referências diretas a 1736 como sendo o ano da destruição de Shaolin. (II) o papel da Dinastia Qing nesse evento, em uma traição perpetrada contra os monges, que, por sua vez, (III) constituíam um polo de resistência direta e/ou apoio a rebeldes. Os textos também convergem (IV) em relação ao assassinato dos monges, (V) à fuga dos sobreviventes e a seu papel (VI) na disseminação das artes marciais oriundas de Shaolin.

A “lenda de Xi Lu”: modelo da narrativa de 1736?

A fama dos monges de Shaolin ganhou força no século XVI, quando, no declínio da dinastia Ming, eles foram chamados a ocupar um lugar no aparato de segurança do Estado. Em cerca de sete décadas a partir de 1550, a tropa monástica participou de inúmeras campanhas militares, como a que combateu piratas fluviais que infestavam os rios e canais da China central (Lu, 2020; Shahar, 2011). Suas armas eram os próprios punhos e pernas e, especialmente, o bastão (Shahar, 2011; Lu, 2020).

A adesão ao regime e a fama marcial justificável segundo os relatos de época acabaram transformando Shaolin em um símbolo da resistência han-Ming ao invasor manchu-Qing. Tanto que, no século XVII, o mosteiro acabou marcado no imaginário rebelde anti-Qing a partir da cosmogonia de uma das mais importantes sociedades secretas do período – a Tiandihui, “Liga do Céu e da Terra” ou, mais genericamente, “Tríade” (Murray, 1994; Ter Haar, 1997).

Fundada em 1761 ou 1762 no Pavilhão de Kwanin em Gaoxi (Fujian), a “Liga” nasceu como uma sociedade secreta de ajuda mútua que, pelos séculos seguintes, estendeu seu campo de ação para a política e o crime. Seu alcance geográfico, aliás, abrangia toda a esfera de influência chinesa na Ásia, assim como os chinatowns da América e Europa (Glick e Hong, 1947).

A evocação aos monges “pró-Ming” de Shaolin – que os transforma em patriarcas da sociedade secreta – aparece na “Lenda de Xi Lu”, transmitida no contexto dos rituais de ingresso. Ela perdeu seu caráter secreto no século XIX, quando foi recolhida por autoridades policiais em depoimentos de suspeitos de participação e em registros escritos da própria sociedade. A lenda aparece em ao menos sete versões (Murray, 1994) semelhantes. A história é sintetizada por Meir Shahar:

Durante o reinado do imperador Kangxi, (de 1662 a 1722), os historicamente não identificáveis bárbaros Xi Lu e derrotaram o exército Qing. Os corajosos monges do templo Shaolin [erroneamente situado, em algumas versões, na Província de Gansu] vieram para resgatar o imperador. Depois de submeter os rebeldes, eles foram convidados

à capital para receber postos no império, honraria de que declinaram expressando seu desejo de retornar à sua humilde vida monástica. Uma vez de volta ao tempo, os heroicos guerreiros caíram presa de intrigas políticas. Forças do governo comandada por oficiais traidores atearão fogo ao mosteiro, matando a maioria dos monges. Uns poucos clérigos conseguiram escapar para o sul, encontrando [em algumas versões] abrigo em um templo cujo nome se assemelha ao de Shaolin – Changlin. Firmando um juramento de lealdade com os clérigos locais, eles fundaram a Sociedade do Céu e da Terra. Um queimador mágico de incenso emergiu do mar, fornecendo o apoio divino à iniciativa. Nele estava gravada a mensagem: “Derrube Qing, restaure Ming”. (Shahar, 2011, p. 276)

Na comparação com as narrativas marciais do item 4, temos como pontos em comum a rebeldia dos monges, a traição do império Qing, o massacre e a fuga dos clérigos. Os pontos que não aparecem nos relatos marciais são os associados aos bárbaros Xi Lu, cujo pertencimento étnico ou nacional nunca foi identificado, o episódio do “queimador mágico de incenso” – que assume o papel de etiqueta de afiliação política afixado ao relato – e a fundação da Liga do Céu e da Terra, substituída pela difusão das artes marciais.

A referência ao abrigo em ou à fundação de um templo Shaolin no sul (em Fujian/Fukien) é compartilhada pela narrativa da Academia Sino-Brasileira de Kung Fu; ela é compartilhada, também, por muitos estilos de kung fu que identificam sua origem em um mosteiro no sul (“Shaolin do Sul”). A existência desse mosteiro, porém, é objeto de dúvidas (Shahar, 2011).

A ausência informativa mais notável da Lenda de Xi Lu, quando comparada aos relatos marciais, reside no ano de 1736, que não é referido em nenhuma de suas versões conhecidas – a maior parte dela, de fato, se refere ao período de governo do imperador Kangxi (que reinou de 1662 a 1722). O ano de 1736, aliás, poderia até constar na lenda, uma vez que o nascimento da Liga do Céu e da Terra se deu algo como três décadas mais tarde – um episódio cronologicamente próximo.

Uma hipótese para a narrativa da destruição de 1736

Ao analisar os dados formativos da “narrativa de 1736”, somos levados a crer que, provavelmente no século XIX, a lenda de Xi Lu e as más lembranças decorrentes do desmantelamento dos templos subsidiários de Shaolin se fundiram em uma única história, que desaguou no imaginário marcial chinês. Esse período histórico, vale observar, foi de grande efervescência social e política na China, tendo gerado episódios como a guerra civil Taiping (Spence, 1998) e a Rebelião dos Boxers (Esherick, 1987); foi um tempo especialmente importante, também, para a consolidação dos estilos e das tradições do moderno kung fu.

O ponto de conexão entre os dados formativos da narrativa de 1736 são os próprios monges guerreiros de Shaolin. Para os criadores da lenda de Xi Lu, seu maior valor residia na lealdade histórica à dinastia Ming; em termos simbólicos, eles representavam ainda uma “força han” efetiva, capaz de levantar o moral chinês diante de um statu quo desesperador. Já para os componentes do universo marcial, esses monges, fossem eles saídos dos templos subsidiários ou do complexo templário principal de Shaolin (a

comunidade marcial não faz essa distinção), representavam um repositório de conhecimentos técnicos, assim como uma fonte de poder físico e valor moral. Eram, enfim, antepassados desejáveis.

Em relação à estrutura da “narrativa de 1736”, ela é decalcada na lenda de Xi Lu, com o abandono de alguns dados (como os relativos aos bárbaros, ao imperador Kangxi, ao incensário mágico e ao juramento anti-Qing pró-Ming) e a associação entre a destruição e o édito imperial de Yongzheng de 1735. O fato de ela ter sobrevivido ao tempo e se espreado para além das fronteiras chinesas, entre praticantes de países como Brasil, França e Itália, apenas demonstra sua força e sua coerência simbólica.

Conclusão

Neste artigo, investigamos uma narrativa importante em certos círculos marciais chineses: a da “destruição de Shaolin de 1736”, que descreve a extinção do mosteiro na dinastia Qing e a dispersão de seus monges guerreiros (e de seus conhecimentos) pelo território chinês a partir de então. Ao examiná-la, percebemos que ela foi construída com base em outras narrativas e componentes históricos dos períodos Ming e, especialmente, Qing.

O primeiro desses elementos é a destruição de Shaolin em 1641 por Li Jiyu, que, conectada ao enfraquecimento das tropas monásticas no final da dinastia Ming, determinou um longo período de declínio do mosteiro. O segundo elemento é a dispersão dos monges pela China nesse período, que provavelmente levou à transmissão de seus conhecimentos marciais para o público leigo.

O terceiro é a suspeita dos mandatários Qing em relação aos pendores sediciosos dos monges de Shaolin, que se manifestou com mais força no início da dinastia (em especial, nas últimas décadas do século XVII), permanecendo em “fogo brando” pelo restante do período imperial. O quarto elemento é o interesse Qing na supressão da prática marcial monástica, relacionado primordialmente à memória da aliança entre os clérigos de Shaolin e a dinastia Ming nos séculos XVI e XVII. Essa memória era motivo de justa preocupação: ela inspirou círculos rebeldes han contrários ao poder manchu, como a “Liga do Céu e da Terra” (Tiandihui), no sul da China. Esses círculos possuíam quadros marciais e se relacionavam com a comunidade marcial han.

O quinto elemento está diretamente conectado ao anterior. Ele diz respeito à “lenda de Xi Lu”, ponto de partida cosmogônico da Tiandihui, que é reproduzida praticamente na íntegra na “narrativa de 1736”. O sexto elemento é o que inscreve o ano de 1736 na “lenda de Xi Lu”, configurando a narrativa tal como a encontramos nas fontes apresentadas no item 4. Trata-se do decreto de Yongzheng de 1735, que determinou a renovação física do mosteiro de Shaolin, implicando o desmantelamento dos chamados santuários subsidiários. Aparentemente, essas estruturas cumpriam um papel relevante em relação à prática marcial e a possíveis conexões entre o mosteiro e grupos rebeldes ou potencialmente rebeldes, como os “rios e lagos” (jianghu).

Diante dessa constelação, ficamos tentados a responder à pergunta que motivou a produção deste artigo: afinal, pode-se afirmar que houve uma “destruição” de Shaolin

em 1736? Ao não encontrar referências diretas a um grande evento de destruição – como os verificados em 1356, 1641 e 1928 –, somos tentados a responder com um sonoro “não”. Afinal, para todos os efeitos, em 1736 o mosteiro havia voltado à patronagem imperial e estava em plena reconstrução. Porém, partindo de outra perspectiva, um “sim” é perfeitamente válido. Isso, se aceitarmos a ideia de que a renovação estrutural do mosteiro e o desmantelamento dos templos subsidiários estabelecido pelo decreto imperial de 1735 (com efeitos em 1736) determinaram uma ruptura física e institucional entre Shaolin e o público aderente ao “círculo externo de Shaolin” – um grupo formado por monges “corruptos” e, também, por “rios e lagos”, artistas marciais, bandidos e rebeldes anti-Qing.

Ao ser obrigados a deixar Shaolin, eles, de fato, viram o “seu mosteiro” ser destruído – e também viram a própria sobrevivência em risco. Esse movimento de saída pode ter ajudado a disseminar as técnicas e a fama associadas a Shaolin para outras regiões da China. A própria “lenda de Xi Lu”, tendo sido constituída provavelmente depois de 1736, pode guardar relação com a destruição dos templos subsidiários de Shaolin – esta, porém, é uma hipótese passível de comprovação.

Por fim, podemos afirmar que a “narrativa de 1736”, por mais que não se encaixe no mesmo padrão formativo das demais narrativas de destruição elencadas neste artigo, é significativa para os contextos histórico e das artes marciais chinesas. Em termos simbólicos e psicossociais, ela parece ter marcado tanto a sociedade chinesa quanto a destruição de Shaolin em 1356, que produziu a lenda de Jinnaluo (divindade tutelar de Shaolin). Em suas imbricações e recortes, a narrativa estabelece uma conexão direta e viva entre o kung fu Shaolin do transnacional do século XXI – brasileiro, francês, italiano e, certamente, de outros países – e a China dos séculos XVIII e XIX.

Bibliografia

ACADEMIA SINO-BRASILEIRA DE KUNG FU, Kung Fu – versão curta de uma história muito longa, ed. única, 1998.

APOLLONI, Rodrigo Wolff. O Dharma das Armas: origem e significados da iconografia marcial encontrada no Budismo. In: REVER (PUC-SP), ano 13, N. 02, jul/dez 2013, disp. in <<https://bit.ly/2RMkTn0>>. Acesso em 19.04.21.

CHINA.ORG. 1950: The Land Reform. In: China.org, 15.09.09, disp. in <<https://on.china.cn/3a3noYi>>. Acesso em 11.04.21.

CHINA'S Shaolin Temple builds business empire. In: The Independent, 11.01.11, disp. in <<https://bit.ly/3dCs8pP>>. Acesso em 21.04.21.

ELLIOTT, Mark. Emperor Qianlong, Son of Heaven, Man of the World, 1ª ed., Londres: Pearson, 2009.

ESHERICK, Joseph. The Origins of the Boxing Uprising, 1ª ed., Berkeley: University of California Press, 1987.

FASSI, Roberto. Enciclopedia del Kung Fu Shaolin, V. 1º, Roma: Edizioni Mediterranee, 1986.

GLICK, Carl, e HONG, Sheng-Hwa. Swords of Silence – Chinese Secret Societies – Past and Present, 1ª ed., Nova Iorque: McGraw-Hill Book Company, 1947 p.

HENAN BUSINESS DAILY. Templo de Shaolin reabre para não mais de 22 mil pessoas por dia; turistas devem reservar ingressos em seus próprios nomes (少林寺重新开放, 日接待不超过22000人, 游客需实名预约购票), In: Henan Business Daily (河南商报) em 22.06.20 e disp. em <<https://bit.ly/3eevUov>>. Acesso em 19.04.21.

HOBSBAWM, Eric. Pessoas Extraordinárias. Resistência, Rebelião, 1ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições, 12ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2012.

KEONG, Chen-hung. Land Reform in China (1911-1953). 1967. Tese (Master of Arts) apresentada à Universidade do Tennessee, 108 p., pp. 69-86, disp. in <<https://bit.ly/2QjUrA8>>. Acesso em 11.04.21.

LORGE, Peter. Chinese Martial Arts – From Antiquity to the Twenty-First Century, 1ª ed., Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

LU, Zhouxiang. A History of Shaolin – Buddhism, Kung Fu and Identity, 1ª ed., Nova Iorque: Routledge – “Routledge Research in Sport, Culture and Society”, 2020.

LU, Zhouxiang. Politics and Identity in Chinese Martial Arts, 1ª ed., Nova Iorque: Routledge – “Routledge Research in Sport, Culture and Society”, 2018.

MEYERS, Richard, et. al. From Bruce Lee to the Ninjas – Martial Arts Movies, 1ª ed., Nova Iorque: Carol Publishing Group, 1991.

MCCORD, Edward. Civil War and the Emergence of Warlordism in Early Twentieth Century China”, in War & Society, 1992, 10:2, pp. 35-56.

MOSTEIRO DE SHAOLIN, site oficial, Introdução ao Grupo de Monges Guerreiros (武僧团介绍, Wu sēng tuán jièshào), disp. in <<https://bit.ly/3eqdYrn>>. Acesso em 09.04.21.

MURRAY, Dian. The Origins of the Tiandihui – The Chinese Triads in Legend and History, 1ª ed., Stanford: Stanford University Press, 1994.

NARRATIVA DE 1736, versão da “Federazione Italiana Kung Fu”, disp. in <<https://bit.ly/3a7OIEN>>. Acesso em 12.04.21.

NARRATIVA DE 1736, versão da Ecole de Wushu d'Amboise, disp. in <<https://bit.ly/328S5H7>>. Acesso em 12.04.21.

PING, Li. Rural land tenure reforms in China: issues, regulations and prospects for additional reform, in GROppo, P. (Ed.), *In Land Reform*, 2003/3, publicação da FAO, 2003, disp. em <<https://bit.ly/3s9OLWS>>. Acesso em 11.04.21.

SHAHAR, Meir. *Crazy Ji – Chinese Religion & Popular Literature*, 1ª ed., Harvard: Harvard University Press, 1999.

SHAHAR, Meir. *O Mosteiro de Shaolin – história, religião e as artes marciais chinesas*, 1ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2011.

“SHAOLIN Monastery”, in *Chinese Buddhism Encyclopedia*, art. disp. in <<https://bit.ly/3au9Vsy>>. Acesso em 21.04.21.

SHI DE CHENG, biografia disp. in. <<https://bit.ly/3xktkpE>>. Acesso em 08.04.21.

SILVA, Juremir. O Imaginário é uma realidade, entrevista de Michel Maffesoli, in *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 15, agosto 2001, pp. 74-82, disp. em <<https://bit.ly/3pyPOhQ>>. Acesso em 27.01.21.

SPENCE, Jonathan. *O filho chinês de Deus*, 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STRAUSS, Valerie. How many died? New evidence suggests far higher numbers for the victims of Mao Zedong's era, in *The Washington Post*, 17.07.1994, disp. in <<https://wapo.st/3a3onrs>>. Acesso em 11.04.21.

TAN, Jun. “O templo de Shaolin no monte Song, que acusa Semir de violação, registrou 666 marcas comerciais” (斥责森马侵权的嵩山少林寺注册了666个商标), in *Sina*, artigo publicado em 17.09.20 e disp. in <<https://bit.ly/3v3ZtzW>>. Acesso em 19.04.21.

TAYLOR, Jay. *The Generalissimo – Chiang Kai-Shek and the Struggle for Modern China*, 1ª ed., Londres: The Belknap of Harvard University Press, 2009.

THE INDEPENDENT, “China's Shaolin Temple builds business empire”, art. publ. In *The Independent* in 11.01.11 e disp. in <<https://bit.ly/3dCs8pP>>. Acesso em 21.04.21.

TER HAAR, Barend. *Ritual & Mythology of the Chinese Triads*, 1ª ed., Leiden: Brill's Scholars List, 1997.

Editor responsável: Fábio L. Stern

Recebido em: 07/11/2021

Aprovado em: 08/12/2021